A INTEGRAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO NA ERA VARGAS E A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS

Walter Guedes da Silva[1]

EIXO TEMÁTICO: DINÂMICA URBANA E RURAL

Resumo
Para superar a crise de 1929, o governo brasileiro, sob a figura do então presidente Getúlio Vargas (1930-45), idealizou uma política de investimentos no setor industrial e na produção agrícola, sendo esta a base da economia nacional. Para isto, adotou medidas protecionistas como forma de incentivar a indústria nacional e conduzir a produção agrária aos intesses industriais, com uma política de ocupação do território brasileiro que combinasse colonização e industrialização. Neste sentido, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943, como forma de garantir a integridade da fronteira entre Brasil-Paraguai e a integração da região de Dourados ao território nacional. Os procedimentos adotados repousam na revisão da historiografia que revelam os ideais do governo Vargas, que com uma política de superação da crise dos anos 20, implantou uma política que reestruturou o território regional configurado na pequena propriedade familiar, garantindo a integração dessa Região ao mercado nacional como produtora de matéria-prima e consumidora de produtos industriais.

Palavras-chaves: colonização; pequena propriedade; fronteira.

A ideologia verde-amarelo do governo Vargas: industrialização e integração de mercado

No início do século XX, as principais atividades econômicas do Brasil possuíam mais vínculo com o mercado externo do que com o mercado interno, configurando um território desarticulado, pouco integrado internamente e constituído por complexos regionais exportadores. Mas a crise de 1929 rompe as formas de acumulação assentada numa economia agroexportadora a favor de um crescimento endógeno e de uma mercado internado integrado orientado para o crescimento industrial.

Para superar a crise de 1929, o governo Vargas (1930-45) idealizou uma política de investimentos no setor industrial e na produção agrícola, sendo esta a base da economia nacional. Para isto, o Governo adotou medidas protecionistas para incentivar a indústria nacional e conduzir a produção agrária aos intesses industriais. A massa de desempregados que engrossava as grandes cidades

[1] Geógrafo, doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

aumentava as tensões e a pressão sob o Governo, era necessário mudanças de ordem política-econômica que viessem alterar os problemas da sociedade brasileira, como: miséria, êxodo rural, violência, desemprego, desordem produtiva, etc. No dizer de Lenharo[2], "a criação da brasilidade repousava, pois, numa nova proposta que combinava colonização e industrialização".

"Imperialismo interno" do governo Vargas e a indústria de consumo

Em discurso proferido na cidade de Goiânia em agosto de 1940, O presidente Getúlio Vargas deixa explícito seu ideal de integrar o território nacional e de superar a dicotomia do território que se econtrava dividido em duas partes distintas: uma que produz e exporta – região sujeito; e a outra que compra e vende matéria-prima – região objeto. Assim, "cabia, através do imperialismo interno, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental"[3].

A concepção de "imperialismo interno" perpassava a idéia de que a fronteira econômica do país deveria avançar e coincidir com a fronteira política, o que se daria pela integração do "vazio" demográfico ao circuito produtivo nacional, pela reorganização das relações sociais das diferentes regiões do país e pela formação de um mercado de produção e de consumo. "O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país"[4].

Tal "imperialismo" encontrou apoio em parcelas da sociedade que viram nas ações interventoras do Estado e na reestrutuação do aparelho estatal uma espectativa de superação da crise e de emergência econômica da sociedade. As ações centralizadoras do governo Vargas foram conduzidas para atender a duas grandes premissas: integrar o mercado (o que exigia um reordenamento populacional e a criação de infra-estrutura básica de produção e transporte), e desenvolver a indústria de consumo.

---

[2] LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.** Campinas: Unicamp, 1986b, p. 23.
[3] Vargas, *apud idem,* p. 24.
[4] Vargas, *apud* COSTA, Julio César Zorzenon. **Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945).** São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2007, p. 93.

Para a historiadora Benícia de Oliveira, as estratégidas utilizadas pelo governo Vargas não se resumiam em solucionar os problemas das cidades, eram antes um projeto político que visava desenvolver o capitalismo no Brasil "projeto este que, na prática, atendia muito mais à classe industrial ascendente do que aos trabalhadores que, nos discursos de Vargas, eram tratados como o centro das atenções"[5]. Na visão da autora, o real interesse do Governo era o de reordenar o capitalismo no País. Esta afirmativa se sustenta no próprio discurso de Vagas realizado no dia 1 de maio de 1941:

> É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola[6] (grifo nosso).

A expanção da fronteira econômica do país e a formação de um mercado nacional, vinham de encontro com a necessida do capital, que era o da industrialização. A indústria do consumo representou o contexto histórico vigente mais propício para o processo de acumulação capitalista fundamental para a unificação do mercado nacional. Assim, o desenvolvimento econômico brasileiro que se processa pós crise de 1929 entra numa nova fase, não mais pautado exclusivamente pelas atividades agroexportadoras, mas tendo como centro dinâmico a indústria e a integração do mercado interno.

Neste contexto, o Sudeste brasileiro, em especial o Estado de São Paulo, assume, a partir de 1930, o papel de centro hegemônico do capital industrial, interferindo na função das demais regiões do território nacional num processo de complementaridade inter-regional condizente com a lógica de acumulação capitalista.

A baixa integração entre as diversas regiões do Brasil, com: precárias condições de transporte e de comunicação; pouca dinâmica regional; concentração fundiária e de investimentos no Sudeste e rigidez tecnológica, fizeram com que, pelo menos até a crise de 1929, as economias regionais existissem sem grandes ameaças de competição, o que contribuiu para a formação de verdadeiras "ilhas" econômicas no território nacional, com baixa integração inter-regional e com

[5] OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945).** São Paulo: UNESP-Assis. Dissertação de Mestrado, 1999, pp. 39-40.
[6] Vargas, *apud* Lenharo, *op. cit*., 1986b, p. 19.

formação de uma estrutura produtiva hierarquizada, preocupada principalmente, com o mercado externo[7].

Com o aumento da concentração industrial e com uma agricultura mais diversificada, São Paulo se destaca das demais regiões do Brasil no final do século XIX e início do século XX. A 1ª. Guerra Mundial (1914-1918) provocou crise no comércio exterior, diminuindo tanto a exportação como a importação nacional, fase em que São Paulo se desponta no cenário nacional como Estado que obtinha as melhores condições de abastecimento do mercado interno.

O lucro que São Paulo obteve no período de crise, conferindo-lhe aumento real na acumulação industrial, proporcionou vantagens competitivas para uma integração inter-regional no período de recuperação econômica e de extensa abertura do comércio exterior na década de 1920.

Tabela 1 - Exportações (%) totais do Estado de São Paulo

Período	Para o exterior	Para o resto do País
1900-1910	85	15
1910-1920	75	25
1920-1930	50	50
1960	16	84

Fonte: Cano; Guimarães Neto, 1986, p. 178.

O período subsequente a crise, onde São Paulo assume a liderança do processo de industrialização nacional, foi caracterizado por Wilson Cano[8] como de Industrialização Restringida (1930-56). Para o autor, esta fase se caracterizou por uma relativa dependência do setor agroexportador para determinar a capacidade de importação do mercado nacional e com uma restrita produção de bens de produção. Mesmo assim, não é possível atribuir ao sistema de acumulação primário-exportador o modelo de acumulação no período subseqüente a crise de 1929, a indústria é que determinará a acumulação capitalista.

As mudanças que se pós crise, não provocaram apenas o deslocamento do eixo de acumulação do setor agroexportador para o industrial, pois a limitação às importações, ocorrida pela desarticulação do comércio externo, obrigou ao aumento da complementaridade inter-regional, onde as regiões menos industrializadas

[7] CANO, Wilson; GUIMARÃES NETO, Leonardo. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. In: **Pensamiento Iberoamericano**, Economia Política. Nº. 10. Madri: Instituto de Cooperation Iberoamericana, 1986, p. 177.

[8] CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2007, pp. 71-79.

(periferia) comprariam produtos manufaturados de São Paulo (centro), e este importaria matéria-prima daquele. “Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia nada mais restava do que se ajustar a uma função complementar da economia de São Paulo”[9].

Nesta fase, as regiões próximas de São Paulo como: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná, principalmente aquelas com menos densidade demográfica, estavam mais predispostas a receber impactos positivos de integração, seriam as regiões de avanço da fronteira agrícola. Não foi a condição de “vazio” que possibilitou a maior proximidade econômica com São Paulo, mas porque tinham melhores condições de assimilar o impacto do crescimento emanado a partir de São Paulo, com uma integração via agropecuária[10].

Para que a integração nacional ocorrese, o Governo adotou algumas medidas de estímulo ao deslocamento populacional como ação indispensável para que a integração de mercado ocorrese. Este deslocamento forneceu a mão-de-obra trabalhadora e os recursos humanos consumidores necessários para o avanço da indústria, formando não só um mercado de consumo, mas o que Júlio Costa chama de “mercado nacional de trabalho, qualitativamente diferente, associado às novas exigências do desenvolvimento industrial”[11].

Além do estímulo ao deslocamento populacional, era necessário criar mecanismo para que o problema da desintegração física entre as diversas regiões do país, que contribuíam para a manutenção dos “arquipélagos” econômicos, fosse sanado, o que se daria pela ampliação das redes de transporte.

A integração do mercado nacional, sustentada numa política de industrialização, levou o Governo a adotar medidas protecionistas por meio de tarifas e tributos para que o produto nacional pudésse concorrer com os produtos estrangeiros. Para articular a integração do mercado nacional, o Governo elimina impostos e taxas inter-estaduais e investe na melhoria dos meios de transportes.

A incorporação de novas regiões ao circuito produtivo nacional, que se efetivou pela política colonizadora orientada para a formação de um mercado

---

[9] *Idem*, p. 61.
[10] SILVA, Walter Guedes. A industrialização do Estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do Centro-Oeste brasileiro: Uma análise do período de 1930 a 1970. In: **Anais do XIX ENGA**. São Paulo: FFLCH-USP, 2009, p. 12.
[11] Costa, *op. cit*., p. 33.

nacional integrado aos centros dinâmicos da economia nacional, trouxe a tona os discurssos em torno da “integridade nacional”.

> A ampliação do mercado, por sua vez, implicava a necessidade de se transformar as frentes de expansão em regiões produtoras e consumidoras de mercadorias, anexando-as ao desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, de se coordenar esses movimentos de maneira que permitissem a conquista de novas áreas, incorporando-as definitivamente ao mercado nacional. O tamanho do mercado interno nacional, por isso, indicava a preocupação com a integridade do território e, consequentemente, com a defesa e a segurança nacional. Tais elementos impuseram às políticas colonizadoras uma importância fundamental[12].

A integração do mercado interno brasileiro, amparado pela redistribuição da população, era indispensável para que o modelo capitalista sustentado pela indústria de consumo se processasse, o que garantiria a formação de um mercado de produção e de consumo, com a oferta de matéria-prima para a indústria e de alimentos para os centros urbanos, além da formação de núcleos consumidores dos produtos industriais produzidos no próprio país, principalmente em São Paulo.

A formação do mercado interno e a redistribuição da população

Para superar os problemas do país, o governo Vargas incentivou a migração da população localizada nas regiões consideradas críticas, como o Nordeste, para os “vazios” que deveriam ser ocupados. O incentivo à migração atenuaria os conflitos gerados pela pressão populacional existente nas cidades, geraria empregos, ocuparia as áreas de fronteira por brasileiros, dinamizaria a produção agrícola e formaria um mercado de consumo dos produtos industriais.

O retorno dos desempregados da cidade para o campo, fruto do êxodo rural, era uma das propostas de Vargas, “o proletariado das cidades aumentou desproporcionadamente [...]. Cumpre-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a ele são muitos, mas o rumo, um só: o retorno aos campos”[13].

A retirada dos migrantes do campo que estavam nas cidades era fundamental para o estabelecimento da “ordem”, esvaziando as tensões sociais das cidades superlotadas de desempregados do campo. A política migratória tornou-se parte integrante das estratégias do Governo para reordenar o capitalismo no País, que

[12] *Idem*, p. 57.
[13] Vargas, *apud* Oliveira, *op. cit*., p. 49.

também se defrontava com o aumento dos imigrantes estrangeiros que engrossavam o caldo dos desempregados nas cidades.

> É preciso agrupá-los, instituindo colônias agrícolas [...]; incutindo-lhes hábitos de atividade e economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção[14].

Júlio Costa destaca algumas medidas consideradas fundamentais pelo governo Vargas para "a correta expressão do nacionalismo e a construção da nacionalidade brasileira"[15] que eram: superar o atraso e o abandono do trabalhador do campo e das grandes propriedades rurais improdutivas ou subaproveitadas, e padronizar as relações sociais de produção e as características culturais como língua e costumes[16].

Incentivar a migração e fixar o homem no campo era antes de tudo uma alternativa para os problemas das grandes cidades e de estímulo à produção nacional. Ao redistribuir a população dos grandes centros para expandir a fronteira econômica do país, o Estado assumiu o papel de construtor do novo trabalhador nacional, que apoiado em discursos nacionalistas propagados pela mídia e por uma legislação trabalhista, imprimiu uma dominação sobre a massa com uma ideologia de Governo populista.

O incentivou à migração desarticulou os movimentos oposicionistas do Governo, consolidou a fronteira nacional e inseriu dezenas de milhares de trabalhadores ao circuito produtivo nacional. Para isto, criou em 1933, o Departamento Nacional de Trabalho (DNT) e em 1938 o Conselho de Colonização e Imigração (CIC), com o objetivo de reordenar os trabalhadores e estabelecer uma política de ocupação do território.

Ao redistribuir a população desempregada do País, o DNT garantiu o controle sobre parte dos trabalhadores e a reprodução do capitali assentado na pequena propriedade rural. Ao todo foram criados mais de 30 órgãos (ministério, departamento, conselho, comissão, etc.) durante o primeiro governo vargas, destinados a orientar o desenvolvimento capitalista assentado na indústria nacional e na integração do mercado interno.

---

[14] Vargas, *apud* Costa, *op. cit.,* p. 87-88.
[15] Costa, *op. cit.,* p. 86.
[16] *Idem, ibidem*.

A marcha para o Oeste e a Colônia Agrícola Nacional

A idéia de difundir um "novo" Brasil em meio as dificuldades econômicas da sociedade, com um Estado que trabalhava em prol da "ordem" e do bem estar comum, teve muitos êxito entre milhões de desempregados. Reconhecer e apresentar alternativas para os problemas sociais, que se manifestavam de forma latente nas cidades, pautada na distribuição de terras e no apoio aos pequenos produtores familiares brasileiros, foi a saída da revolução que fundou o Estado Novo, tendo na Colônia Agrícola Nacional (CAN) o pilar de sustentação da Marcha.

Com um discurso nacionalista e com ideais de integração nacional, o governo Vargas instituiu, em 1937, a campanha Marcha para o Oeste, que desencadeou um processo de ocupação do "vazio" demográfico com desenvolvimento econômico regional e incentivo ao desenvolvimento industrial. "A conquista do Oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros"[17].

> Em meio ao autoritarismo do Estado Novo surge a política desenvolvimentista, denominada "Marcha para o Oeste", que tinha como objetivo ocupar os espaços considerados vazios, povoar as regiões fronteiriças do país, e promover a integração dos estados brasileiros, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste do país. É importante resaltar que a Marcha para o Oeste tinha por finalidade a nacionalização das fronteiras, através da expansão agrícola e da colonização do interior. Tinha-se em vista a segurança nacional e a ocupação estratégica das fronteiras[18].

O apelo ao patriotismo para a "construção da nação" marcou a era Vargas, que utilizou-se da mídia para convocar os trabalhadores à conquista do território nacional por meio das CAN's, que desenvolveu uma política migratória e colonizadora condizente com a necessidade de integração territorial e da industrialização nacional. O projeto de colonização vinculado a idéia de integridade e segurança territorial expressava o compromisso do Estado em expadir a lógica de acumulação capitalista nacional. As ações de Vargas tinham propósitos claros: "urgia unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção, tanto agrícola, quanto industrial, cada vez mais"[19].

---

[17] Lenharo, *op. cit*., 1986b, p. 18.
[18] NAGLIS, Suzana Gonçalvez Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dourados: UFGD, 2007, p. 27.
[19] Lenharo, *op. cit*., 1986b, p. 23.

> Todavia, sob uma análise mais atenta, percebemos o esboço da política de colonização do Estado Novo, qual seja: desestruturar o latifúndio tradicional, apoiar a pequena propriedade produtiva, superar a velha ordem latifundiária, de modo que ela, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do País exigia, forçando, dessa maneira, a transformação agrária através de dispositivos peculiarmente orientados para tal finalidade[20].

As CANS's foram criadas para atender aos princípios nacionais de integração e industrialização, num contexto de repressão às oligarquias regionais e de nacionalização da fronteira que, estruturando-se numa política de planejamento nacional, buscou dar unidade territorial ao País. Era necessário articular uma estratégia de povoamento e desenvolvimento regional de forma a ocupar o "vazio" para consolidar a fronteira nacional, resolver os conflitos regionais em torno da posse da terra e possibilitar a almejada "integração" nacional.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND

Criada na porção meridional do Estado de Mato Grosso do Sul durante a Segunda Guerra Mundial, a CAND respirava ideais nacionalistas com a almejada idéia de nacionalizar a fronteira e integrar esta região ao território nacional. Esses ideais consistiam em ocupar esse "vazio" por brasileiros, o que garantiria a posse da terra e o desenvolvimento regional por meio da produção de alimentos, acompanhado de fortes investimentos nas vias de comunicação e transporte, de uma legislação que trata das questões fundiárias em zonas de fronteira, na consolidação do ensino técnico e no investimento de profissionais do setor agrícola.

Criada em terras do Território Federal de Ponta Porã pelo Decreto lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943, mas instalada em janeiro de 1944, a CAND teve suas terras demarcadas em duas etapas denominadas de 1ª. e 2ª. zonas. A área total estipulada pelo governo Vargas para este projeto foi de 300.000 ha, mas a área total demarcada foi de 267.000 ha, sendo 68.000 ha na 1ª. zona e 199.000 ha na 2ª. zona.

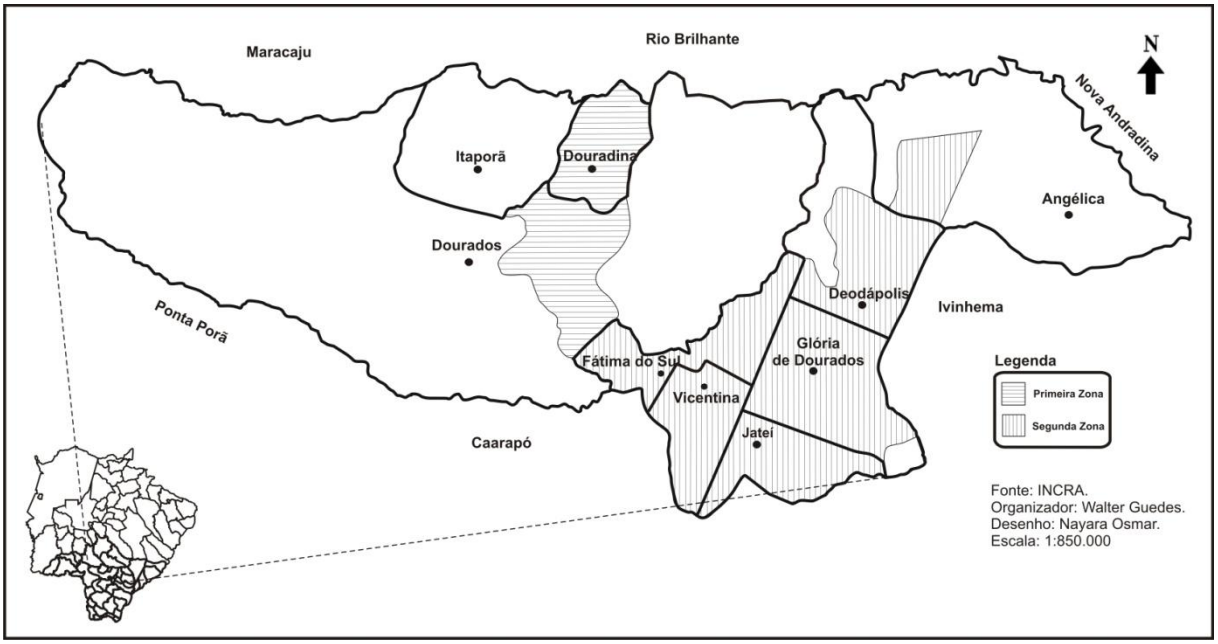
A primeira zona foi demarcada em 1944 com 2.332 lotes rurais (68.000 ha) e 6.876 lotes urbanos (8.798 m^2), já a demarcação da segunda ocorreu em 1950 com 6.500 lotes rurais (199.000 ha) e 6.832 lotes urbanos, ambas foram emancipadas

[20] Oliveira, *op. cit*., p. 75-76.

em 1968[21]. Atuando em parceria com os Governos Federal e Estadual, o projeto previa a doação para o colono de: lote, casa, ferramentas, animais domésticos, assistência médica, etc., também era comum oferecer trabalhos na própria Colônia e nas empreitas em obras. No primeiro ano o colono também recebia máquinas, equipamentos e sementes[22]. No período da colonização, a energia elétrica chega a Dourados e mais de 150 escolas são instaladas na região de Dourados[23].

É importante destacar que os benefícios do projeto de colonização não se deram para todos, mas principalmente para os colonos da 1ª. zona, que foi executada com mais recursos públicos e com um maior planejamento. Já a 2ª. zona teve que lidar com dois grandes problemas: a falta dos recursos públicos e o grande contingente de imigrantes que foram atraídos pelo sucesso de 1ª. zona. "A CAND contribuiu para a expansão da atividade agrícola do Mato Grosso, que até então era pecuarista-extrativista"[24].

Mapa 1: Estado de Mato Grosso do Sul - Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados



[21] GRESSLER, Lori Alice; Swensson, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul:** Destaque ao município de Dourados. Dourados: L. A. Gressler, 1988, pp. 82-84.

[22] OLIVEIRA, Benícia Couto de; JUSTINO, Valdeir. O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontros na malha fundiária. **Revista de Geografia.** Nº. 5. Campo Grande: UFMS, 1997, p. 11.

[23] BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Dourados, 1984.

[24] ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental**: a SUDECO no espaço Mato-Grossense - contexto, propósitos e contradições. São Paulo: FFLCH. Tese de Doutorado, 2001, p. 58.

A CAND foi uma excelente estratégia do governo Vargas para sanar os problemas do desemprego nas grandes cidades, desarticular os grupos oposicionistas do Governo, ocupar e nacionalizar a fronteira com o Paraguai e para fixar o homem no campo. Segundo Benícia de Oliveira, a CAND também "previa a instalação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais; e visava à organização de cooperativas destinadas à compra e venda de produtos produzidos ou consumidos pelos agricultores"[25].

Para Alcir Lenharo, a política do Estado Novo em reestruturar o território em pequenas propriedades, abriu uma vasta frente agrícola voltada para integrar o mercado interno e para o desenvolvimento industrial. Os ideais do Governo não se repousavam na simples nacionalização da fronteira, mas no avanço das relações capitalistas para esta região, num processo produtivo pautada na policultura que atendesse aos interesses do setor industrial e que integrasse o mercado interno.

> Delineia-se assim, a estratégia de colonização: armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo que ela, lentamente, corroesse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia[26].

Para receber lotes na Colônia, o interessado deveria se enquadrar nos critérios estabelecidos pelo Governo, como: ser cidadão brasileiro acima de 18 anos, ser pobre, ter aptidão para o trabalho no campo e possuir família numerosa (a preferência era para famílias com pelo menos cinco filhos). Para comprovar que era pobre e que tinha conhecimento no desenvolvimento de atividades agrícolas, bastavam alguns cuidados: "as mãos calejadas e a rápida entrevista na chegada do colono eram atestados suficientes e deviam informar também sobre outro requisito: não possuir bens, ser pobre"[27]. Ficam vetados de receber lotes os funcionários públicos e aqueles que já possuíam terras. O estrangeiro podia receber lotes, desde que comprovassem ter bom conhecimento agrícola.

O movimento migratório de trabalhadores em busca de nova oportunidade na região de Dourados, onde foram doados os lotes da CAND, cresceu rapidamente com a chegada de um grande exército de trabalhadores que eram: nordestinos, paulistas, paranaenses e mineiros. A produção na Colônia cresceu e se diversificou

[25] Oliveira, *op. cit*., p. 173.
[26] Lenharo, *op. cit.* 1986b, p. 21.
[27] Andrade, *op. cit*., p. 04.

com a produção de: algodão, arroz, milho, feijão, mandioca e gado, com estímulos para abastecer o mercado local. Segundo documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Núcleo Colonial de Dourados[28] (NCD):

> A produção agrícola do N.C.D., representa, sem sombra de dúvida, enorme contribuição para o engrandecimento sul de Mato Grosso, tendo em vista não só abastecer a região, como também ser, em grande quantidade, canalizada para o Estado de São Paulo[29].

A CAND teve apoio de parte das autoridades políticas estaduais, na medida em que este projeto de colonização, com base na pequena propriedade com uso da mão-de-obra familiar, contribuiu para: ocupar e consolidar a região como celeiro produtivo, desenvolver e diversificar a atividade agropecuária, valorizar as terras, abrir estradas e vias de circulação e amenizar os problemas do banditismo e do coronelismo presentes na região. A colonização em pequenas propriedades, pautada numa política migratória de ocupação e produção regional, foi importante para garantir a segurança na região colonizada e de integrar esta região ao território nacional, que se processou via São Paulo.

> A criação da CAND, na região delimitada, não foi o resultado da vontade política do governo Vargas em resolver os problemas sociais, mas, antes, uma estratégia de governo, pois vários fatores contribuíram para esse implemento. [...] Nessa perspectiva – pequena propriedade – era então sinônimo de defesa e segurança nacional[30].

Os projetos de colonização que tiveram apoio estatal contribuíram para equipar a região com infra-estrutura de: estradas, escolas, rede elétrica, farmácia, etc., fixando o homem ao campo e estimulando a produção e o escoamento agrícola. Este fluxo de pessoas, serviços e produtos, contribuiu significativamente para o fomento das atividades comerciais dos centros urbanos.

Seguindo o exemplo da CAND, os Governos estadual e municipal também criaram colônias agrícolas na mesma região, como foi o caso da Colônia Municipal de Dourados (CMD), criada em 1946 numa área de 50.000 ha, sendo elevada em 1953 a categoria de município com o nome de Itaporã. Sobre a CMD, Carli afirma

---

[28] Em 1954, a Lei Federal nº 2.163 cria o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), que transferiu os imóveis da União para seu patrimônio e dentre eles, as terras da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que passaram a denominar-se NCD (Núcleo Colonial de Dourados).
[29] BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, 2001.
[30] Oliveira e Justino, *op. cit*., p. 11.

que a criação da mesma possibilitou uma diversidade na produção de alimentos no municio de Itaporã como: abacaxi, amendoim, banana, cebola, fumo e trigo, mas os principais produtos produzidos em 1954, foram: milho (7.500 ton.); mandioca (7.000 ton.); arroz (4.483 ton.); cana-de-açúcar (4.416 ton.) e feijão (1.448 ton.)[31].

Além da atuação da CAND e de outras Colônias Públicas como a CMD, Vários projetos de colonização particulares se fizeram presentes na região, que contribuíram definitivamente, para que esse "vazio" fosse ocupado e o processo de integração regional com o território nacional se viabilizasse.

A crescente ocupação da região de Dourados valorizou as propriedades e atraiu para esta Região empresas particulares que viram uma oportunidade de lucros pela especulação imobiliária. Atraídas pelo "progresso" do Estado Novo, as empresas particulares que se instalaram na Região, fizeram verdadeiras negociatas com membros do Estado para poderem comprar glebas e transformarem-nas em colônias. "A Colônia Agrícola Nacional atuava como o ímã econômico, suas terras tornaram-se cobiçadas e objeto de desenfreada especulação"[32]. Em 1950, o Jornal "O Estado de Mato Grosso" trazia, em sua matéria, uma denúncia de como se dava a especulação nas terras devolutas por parte dos especuladores: "Os especuladores compravam as terras por 5 a 10 cruzeiros e as revendiam por 100 a 150 cruzeiros. Em Dourados, a revenda chegava a 300 cruzeiros"[33].

Os projetos de colonização pautado na pequena propriedade com uso da mão-de-obra familiar, sejam públicos ou privados, foram decisivos para o processo de ocupação e integração da região de Dourados ao território nacional, criando condições favoráveis à construção dos troncos rodoviários para o escoamento da produção para os centros consumidores.

Considerações

A política do Estado Novo imprimiu uma estratégia de desenvolvimento nacional abrigada no discurso nacionalista e em diretrizes centralizadoras, orientada para ocupar o "vazio" demográfico. Tal opção vinha de encontro com a idéia de fazer coincidir a fronteira política com a fronteira econômica, que se daria pela

[31] CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra:** Povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados: UFGD, 2008, p. 147.
[32] Lenharo, *op. cit.,* 1986a, p. 53.
[33] *Idem, ibidem.*

reestruturação do território em pequenas propriedades, como mecanismo de ampliação e diversificação da produção e de integração do mercado interno nacional cativo à indústria nacional.

A campanha “Marcha para o Oeste” do Governo Vargas, que reestruturou o território na região de Dourados em pequenas propriedades rurais com predomínio da mão-de-obra familiar, fruto de um projeto de colonização que distribuiu dezenas de milhares de lotes e redistribuiu a população de várias partes deste Brasil, vem no bojo da necessidade de inserir esta região ao circuito produtivo nacional e de integrá-la ao mercado de produção e de consumo.

Ao consolidar uma colonização estruturada numa política migratória como alternativa de solucionar os problemas dos desempregados e de ocupação da fronteira, que até então era dominada pelo capital estrangeiro, Vargas insere a região de Dourados ao processo produtivo nacional e atrai grandes companhia colonizadoras que realizaram grande especulação com a terra, contribuíndo para que os ideais do Governo em nacionalizar a fronteira fossem, na prática, conduzidos para uma colonização mais econômica que social.

Estavam postas as condições para a integração da região de Dourados ao território nacional, que não se sustentaria puramente pela produção agrícola, mas por uma produção que aproveitasse a matéria-prima local e que abastecesse o mercado interno, o que se daria pela modernização do campo e pela agroindustrialização das atividades agrícolas à constituição dos Complexos Agroindustriais, ampliando tanto o mercado de produção como de consumo dos produtos industriais.

Bibliografia

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental**: a SUDECO no espaço Mato-Grossense - contexto, propósitos e contradições. São Paulo: FFLCH. Tese de Doutorado, 2001, 328p.

ANDRADE, Nair Leal de. Reforma Agrária. Disponível em: http://www.literaturadobrasil.com.br/livro.php?livro=29. Acesso em: 09/03/2009.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, 2001.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Dourados, 1984.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2007.

CANO, Wilson; GUIMARÃES NETO, Leonardo. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. In: **Pensamiento Iberoamericano**, Economia Política. Nº. 10. Madri: Instituto de Cooperation Iberoamericana, 1986, pp. 167-184.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra:** Povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados: UFGD, 2008.

COSTA, Julio César Zorzenon. **Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945).** São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2007, 265p.

GRESSLER, Lori Alice; Swensson, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: Destaque ao município de Dourados. Dourados: L. A. Gressler, 1988.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. **Revista Brasileira de História.** Vol. 6, nº. 12. São Paulo: ANPUH, 1986a.

_____. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.** Campinas: Unicamp, 1986b.

NAGLIS, Suzana Gonçalvez Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dourados: UFGD, 2007.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945).** São Paulo: UNESP-Assis. Dissertação de Mestrado, 1999.

OLIVEIRA, Benícia Couto de; JUSTINO, Valdeir. O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontros na malha fundiária. **Revista de Geografia.** Nº. 5. Campo Grande: UFMS, 1997.

SILVA, Walter Guedes. A industrialização do Estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do Centro-Oeste brasileiro: Uma análise do período de 1930 a 1970. In: **Anais do XIX ENGA**. São Paulo: FFLCH-USP, 2009. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/eventos.htm. Acesso em: 12/10/2010.